§2º No caso das organizações representantes de povos e comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas, o direito ao voto poderá ser exercido pela organização titular ou pela organização suplente, quando o objeto da votação envolver, de modo específico, determinado segmento social.

§3º Ocorrendo a vacância de um membro do Comitê Gestor, o Presidente indicará o seu suplente na primeira reunião subsequente.

Art.7º Compete aos membros do COGES-CLIMA:

- I - comparecer às reuniões, quando convocados;
- II - debater, propor alterações e diligências e deliberar sobre as matérias em discussão;
- III - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário Executivo;
- IV - participar das Câmaras Técnicas com direito a voto, e, quando vencido, apresentar voto em separado; e
- V - propor matérias à deliberação do Plenário;

CAPÍTULO IV

DO IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

Art.8º Os membros do Comitê deverão exercer sua função evitando qualquer situação de conflito de interesse que possa afetar os objetivos da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC) e observando o disposto nos arts. 9º a 11, do Decreto Estadual nº 1.942, de 2021.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DO COGES-CLIMA

Sessão I

Da Presidência

Art.9º A Presidência do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas é exercida pelo Chefe do Poder Executivo do Estado e, na sua ausência, pelo titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Art.10. Compete ao Presidente do COGES-Clima:

- I - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto pessoal e, quando necessário, o de qualidade;
- II - ordenar o uso da palavra;
- III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na ordem dos trabalhos, ou suspendendo-os sempre que necessário;
- IV - dar posse aos membros do Comitê e das Câmaras Técnicas, assinando os respectivos termos;
- V - assinar as Resoluções do Conselho;
- VI - assinar as atas de reuniões aprovadas;
- VII - delegar competências ao Secretário Executivo, quando necessário; e
- VIII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno, adotando as providências que se fizerem necessárias.

Sessão II

Do Plenário

Art.11. O Plenário é o órgão superior, consultivo, normativo e deliberativo, do Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima), ao qual compete:

- I - analisar e deliberar sobre os projetos e os estudos referentes às mudanças climáticas e da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará;
- II - definir providências para o cumprimento das metas de execução dos instrumentos da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará;
- III - estabelecer diretrizes complementares para a implementação da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC), aplicação dos seus instrumentos e atuação do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (SEMUC);
- IV - aprovar a criação e a dissolução de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, sua competência, composição e prazo de duração; e
- V - destituir membro, no caso de descumprimento deste Regimento;
- VI - eleger o(a) Coordenador e o(a) Relator da Câmara Técnica; e
- VII - elaborar, aprovar e alterar o Regimento Interno do Comitê.

Subseção I

Reuniões Plenárias

Art.12. O Plenário do Comitê Gestor reunir-se-á ordinariamente trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário por convocação da Presidência, a pedido da Secretaria Executiva ou por iniciativa própria, por meio da maioria simples de seus membros.

§1º O quórum para realização das reuniões do COGES-Clima deverá ter a presença de, no mínimo, a maioria simples dos membros representantes do governo e da sociedade civil.

§2º As reuniões ordinárias terão seu calendário anual fixado na primeira reunião do ano ou em cada reunião ordinária realizada, cuja pauta e documentação integral, a ser debatida, será encaminhada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis.

§3º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da pauta, do instrumento convocatório e da documentação integral da pauta a ser debatida.

§4º As reuniões do Comitê Gestor poderão ser realizadas de forma presencial, remota e/ou por videoconferência.

Art.13. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade prestará apoio logístico para realização das reuniões, ordinárias e extraordinárias, por meio de pagamento de passagens e diárias, com vistas a garantir a participação dos representantes de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

Parágrafo único. Os atos para realização das reuniões deverão ser realizados em tempo hábil e conforme dotação orçamentária disponível.

Art.14. O Comitê Gestor poderá convidar outros integrantes do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (SEMUC) para participar das reuniões, prestar esclarecimentos e/ou informações sobre as matérias em apreciação, ou prestar apoio na condução das suas atividades, cuja matéria seja de competência ou expertise de um ou mais integrantes do Sistema.

Art.15. As deliberações do Comitê Gestor constarão de atas lavradas pela Secretaria Executiva e suas decisões serão formalizadas por meio de Resoluções, as quais serão encaminhadas previamente aos membros para sugestões e correções, e submetidas à aprovação na reunião subsequente. Parágrafo único. As Resoluções serão assinadas pelo (a) Presidente e encaminhadas à Secretaria Executiva para publicação, no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a reunião.

Art. 16. As atas das reuniões ordinárias e extraordinárias serão lavradas, preferencialmente, em documento eletrônico e serão assinadas pelo responsável pela sua lavratura e pelo Presidente do COGES-Clima, por meio de certificação digital.

§1º Devem ser registrados na ata:

- I - a data e o local da reunião;
- II - nome e assinatura dos membros presentes;
- III - a (s) matéria (s) pautada (s);
- IV - a (s) declaração (ões) de suspeição e/ou impedimento;
- V - os principais pontos de discussão da matéria pautada;
- VI - os votos;
- VII - a decisão do plenário; e
- VIII - outras ocorrências relevantes em plenária.

§2º As ações do COGES-Clima deverão ser divulgadas no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ou por meio de uma plataforma específica, na rede mundial de computadores, para esse fim.

§3º A Secretaria Executiva publicará as atas e atas das reuniões no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

§4º Poderão ser apresentadas emendas às atas, que serão submetidas à aprovação na reunião subsequente.

Art.17. As reuniões do COGES-Clima observarão o seguinte rito:

- I - abertura;
- II - apresentação de informes, discussão e votação da memória da reunião anterior, encaminhada com antecedência;
- III - apresentação da pauta do dia, dos requerimentos de urgência, de inversão de pauta e de inclusão ou retirada de matérias formalizadas por escrito ou verbalmente pelos membros interessados;
- IV - declaração de suspeição ou impedimento pelos membros do Comitê;
- V - discussão e deliberação das matérias da ordem do dia;
- VI - votação da matéria;
- VII - registro dos votos e da decisão plenária em ata;
- VIII - o que ocorrer; e
- IX - encerramento da sessão.

Parágrafo único. A inversão de pauta e os requerimentos de urgência, inclusão ou retirada de matérias serão submetidos à votação, sendo aprovados por maioria simples dos representantes dos membros presentes.

Art.18. O Plenário do COGES-Clima deliberará preferencialmente por consenso.

§1º Na impossibilidade de consenso, a matéria será posta em votação, ocasião em que efetuar-se-á a contabilização dos votos em separado.

§2º O quórum para deliberação deverá ser por maioria simples dos membros do COGES-Clima presentes na reunião.

§3º Em caso de empate, a Presidência detém o voto de qualidade.

§4º Cada membro que disponha de mais de um representante da instituição na ocasião da reunião, somente terá direito a 1 (um) voto, de igual valor aos demais membros.

Seção III

Da Câmara de Articulação Governamental

Art.19. A Câmara de Articulação Governamental será composta por representantes da Casa Civil da Governadoria do Estado, da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), a qual compete:

- I - articular as decisões do Comitê Gestor junto a Administração Pública Estadual;
- II - propor manualização de processos para facilitar a incorporação das decisões do do Comitê Gestor; e
- III - requerer informações de interesse da Administração ao COGES-Clima.